

# Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br



## Caso Hemobrás

Articulação para nova fábrica no Paraná acende alerta sobre futuro da estatal pernambucana.

Págs. 4 e 5

FOTO: DIVULGAÇÃO

### Bancada vermelha

Resgate da passagem de parlamentares comunistas pela Alepe no centenário da Revolução Russa.

Pág. 3

### Lei dos *food trucks*

Regulamentação protege consumidor garantindo atendimento a normas ambientais e de trânsito.

Pág. 5

### Combate às drogas

Caminhos para enfrentar mal responsável por quase metade dos assassinatos no Estado em 2017.

Págs. 6 e 7

### Têxtil com nota fiscal

O que muda para comerciantes do Polo de Confeções do Agreste com emissão do documento avulso.

Pág. 8

## ACONTECEU NA ALEPE

### Setembro Amarelo

Entre os dias 4 e 13, a Assembleia Legislativa de Pernambuco recebeu iluminação especial no Museu Palácio Joaquim Nabuco e no edifício-sede, Governador Miguel Arraes de Alencar, em alusão à campanha Setembro Amarelo. A ação, que visa conscientizar a sociedade sobre a prevenção ao suicídio, é realizada em todo o Brasil desde 2014, por iniciativa do Centro de Valorização da Vida, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Brasileira de Psiquiatria. Em Pernambuco, a data foi incluída no Calendário de Eventos do Estado por meio da Lei nº 16.037/2017, de autoria do deputado Beto Accioly (PSL). Ainda em setembro, a fachada da Alepe foi iluminada nas cores verde, pela doação de órgãos, e dourada, em referência ao diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil.



KEROL CORREIA

### Novos colegiados

Duas comissões especiais e três frentes parlamentares foram instaladas na Alepe, entre os meses de agosto e setembro, para aprofundar temas diversos. A situação dos estágios de estudantes do Ensino Superior está sendo acompanhada por uma comissão especial. Um colegiado do mesmo tipo trata da elaboração do Código Estadual de Defesa do Consumidor. Já as frentes parlamentares criadas têm como objetivo defender os profissionais de engenharia, agronomia e tecnologia do Estado, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás).

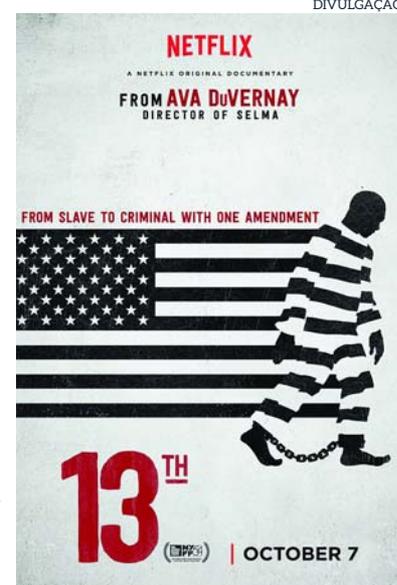
### Segurança bancária

Com o intuito de aprimorar as normas de proteção aos estabelecimentos financeiros, a Alepe aprovou regulamentação para a atividade em Pernambuco. Elaborada a partir de cinco projetos de lei propostos por parlamentares da Casa, a legislação prevê, entre outras medidas, que caixas eletrônicos possuam segurança ininterrupta e sejam abastecidos apenas quando não houver clientes no local.

## EM FOCO

### De escravos a criminosos

Um em cada quatro presos no mundo está nos Estados Unidos. São quase dois milhões de pessoas encarceradas, a maioria delas negras e hispânicas, resultado de uma mistura de desigualdade, repressão policial às drogas, racismo e políticas de “tolerância zero”. Essa é a tese que conduz o documentário *A 13ª Emenda* (2017), de Ava DuVernay. O filme concorreu ao Oscar neste ano ao contar a história de como o endurecimento das leis e o uso da força para frear o consumo de entorpecentes alçaram o País à condição de detentor da maior população presidiária do planeta – quase quatro vezes maior que a brasileira, por exemplo.



DIVULGAÇÃO



### Fique Sabendo

O título do filme, produzido pelo serviço de streaming Netflix, faz referência à emenda constitucional que pôs fim à escravidão nos EUA. A lei, porém, não fez cessar a violência contra libertos e descendentes, bem como outras minorias étnicas. Confira:



## VOCÊ NA ALEPE

“Queremos pautar a Casa sobre o crescimento da violência contra a mulher negra no Estado. Vivemos, diariamente, situações de machismo e racismo que são invisibilizadas pela sociedade.”



#### Joana Dias

Membro da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, em audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para discutir a violência contra mulheres negras, no dia 3 de agosto.

“A água tem que ser universalizada como propriedade pública e não como bem de prateleira, cujo valor pode estar acima da condição da sociedade. É o produto da vida, não pode ser tratado como questão privada.”



#### Jorge Roma

Urbanitário da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) que participou de debate, no dia 14 de agosto, sobre o futuro da estatal, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

“Nós nos dedicamos muito aos nossos filhos e abrimos mão de várias coisas para viver a vida deles. Não fazemos isso por obrigação, mas por amor, pois eles dependem totalmente da gente.”



#### Maria Paula Barbosa

Mãe e cuidadora de Mariana, que tem Síndrome Congênita do Zika Vírus, durante audiência da Comissão de Cidadania, em 23 de agosto, para tratar da criação de uma Política Estadual de Valorização do Cuidador com Laços Afetivos.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecerem dentro da Casa.

Mém de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



● HISTÓRIA

# A foice, o martelo e a tribuna

Revolução que levou os comunistas ao poder na Rússia, há cem anos, influenciou a política pernambucana. Na Alepe, o PCB chegou a ocupar nove cadeiras

Haymone Neto

A notícia da Revolução Russa ocupa apenas um canto de página na edição do Diário de Pernambuco de 9 de novembro de 1917. Os jornalistas da época não imaginariam que, um século depois, a chegada ao poder dos comunistas na terra dos czares continuaria a influenciar a política em todo o mundo, inclusive no Estado.

A Revolução Russa de 1917 foi um dos acontecimentos mais importantes do século 20. Em março daquele ano, em meio a uma guerra mundial e grande crise social e econômica, o imperador Nicolau II foi forçado a abdicar do trono, e um governo provisório assumiu. Em novembro, o Partido Bolchevique, de ideologia comunista e composto de trabalhadores e soldados, chegou ao poder por uma insurreição militar. Eles transformaram o antigo império numa república federal socialista, promoveram uma reforma agrária, desapropriaram fábricas e assinaram um tratado de paz para tirar a Rússia do conflito. Os principais líderes da revolução foram Lenin e Trotski.

No Brasil, o Partido Comunista (PCB) foi fundado em março de 1922. Nas eleições gerais de 1945, Pernambuco elegeu três deputados federais pela legenda: Gregório Bezerra, Agostinho Oliveira e Alcedo

Coutinho. E na primeira eleição para a Assembleia Legislativa de Pernambuco que disputaram, em 1946, os comunistas conquistaram nove cadeiras. O mais votado entre eles foi David Capistrano, um cearense que havia lutado na Guerra Civil Espanhola e na resistência contra os nazistas na França.

De acordo com o jornalista Marcelo Mário de Melo, autor da biografia do ex-parlamentar publicada pela Alepe, a atuação dos comunistas nessa época foi marcada pela luta em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas. “Haviam saído de uma ditadura [civil, de Getúlio Vargas], então a participação da bancada buscou respeito às liberdades democráticas”, observa. O autor cita como exemplo as prisões realizadas em sindicatos, jornais e residências. “Passou-se a exigir uma ordem judicial, o que fazia uma diferença muito grande naquele momento.”

Além de David Capistrano, o Partido Comunista elegeu Rui Antunes, Valdu Cardoso, Amaro de Oliveira, José Leite, Francisco Leivas Otero, Eleazar Machado, Etelvino de Oliveira e a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Parlamento Estadual: Adalgisa Cavalcanti (saiba

mais sobre ela na seção **Documento Histórico**). A bancada comunista era composta de operários, profissionais liberais, comerciantes e uma dona de casa. Mas a atuação da bancada na Alepe teve duração curta. Em 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do partido e todos os parlamentares comunistas perderam o mandato.

A passagem deles pela Assembleia, porém, deixou marcas na política local. Para o pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco Túlio Velho Barreto, foi a presença dos comunistas que levou as reivindicações das classes mais pobres para a Casa. “Estabeleceu-se uma nova configuração: não mais simplesmente as elites e setores de classes médias ali representados, mas também os grupos mais excluídos da população, porque os comunistas sempre tiveram uma relação muito próxima com esse segmento”, explica.

A perseguição aos comunistas se acentuou com o golpe militar em 1964. Mas, apesar do cerco, eles continuaram a atuar em organizações clandestinas ou no interior de outros partidos. O vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, atualmente filiado

ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi eleito para a Alepe, em 1982, pelo PMDB. Mesmo em outra legenda, ele lembra que o programa da agremiação era a base do mandato. “Procurei exercê-lo ao modo dos parlamentares comunistas, ou seja, com um pé na Assembleia e outro na rua, participando ativamente dos debates e da construção das proposições, examinando cada assunto, por mais particular que fosse”, afirma.

Com o fim da ditadura militar e o retorno dos partidos nos anos 1980, os comunistas, dispersos em várias legendas, voltaram a disputar cadeiras da Alepe, mas nunca conseguiram repetir o resultado de 1947. Nos anos 1990 e 2000, passaram pelo Parlamento Estadual Byron Sarinho (PCB) e Luciana Santos, Nelson Pereira e Luciano Moura – esses três pelo PCdoB.

Mas o contexto histórico havia mudado. O Muro de Berlim caiu em 1989, a União Soviética acabou em 1991 e esses acontecimentos coincidiram com o período de redemocratização do Brasil. “Os partidos comunistas passaram por uma crise de identidade e se incorporaram ao jogo político. Eles abandonaram a ideia de revolução social, tornaram-se gestores de prefeituras e Estados, passando a administrar o capitalismo”, afirma Velho Barreto.

Em 2010, Luciano Siqueira voltaria à Assembleia Legislativa, desta

vez pelo PCdoB e na bancada de apoio ao governo de Eduardo Campos. “Era um momento de transformações em Pernambuco, conectadas com as mudanças que se operavam no Brasil a partir dos governos Lula e Dilma. Então já não havia mais o debate contra a ditadura. A discussão era sobre o novo projeto nacional.” O ex-parlamentar deixou a Alepe após ser eleito vice-prefeito do Recife em 2012, na chapa liderada por Geraldo Julio.

Na última eleição, em 2014, nenhum partido comunista conseguiu representação na Casa. Porém, eles continuam em atividade. Para Luciana Santos, agora deputada federal por Pernambuco e presidente nacional do PCdoB, a prioridade atual é barrar as reformas do Governo Temer. “A principal tarefa de um comunista na atualidade é resistir a uma agenda que está sendo imposta ao País. Existe um programa de governo em curso que não passou por uma eleição”, destaca.

Cem anos depois da Revolução Russa, os ideais de Karl Marx e companhia continuam a atrair seguidores nas universidades, sindicatos e movimentos sociais. Para o pesquisador Túlio Velho Barreto, isso se deve à força da mensagem comunista. “A utopia continua: pela igualdade, pelo respeito ao ser humano, por um tratamento igualitário entre as pessoas, pelo fim da desigualdade estabelecida a partir das classes sociais. Esse é um apelo muito forte.”



**Adalgisa Cavalcanti foi a primeira mulher a ocupar cadeira na Alepe**

## Documento Histórico

### Posse de deputada pioneira na Alepe completa 70 anos

Primeira mulher a tomar posse como deputada estadual em Pernambuco, Adalgisa Cavalcanti tem uma história marcada pela luta em favor das camadas populares. Natural de Canhotinho, no Agreste, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1940, tornando-se, ainda, a primeira parlamentar comunista a assumir um cargo legislativo estadual no Brasil ao chegar à Casa Joaquim Nabuco, no dia 19 de janeiro de 1947.

Entre as preocupações da deputada estava a luta pela reestruturação do País em bases democráticas, contrapondo-se à experiência autoritária do Estado Novo. Para ela, isso só

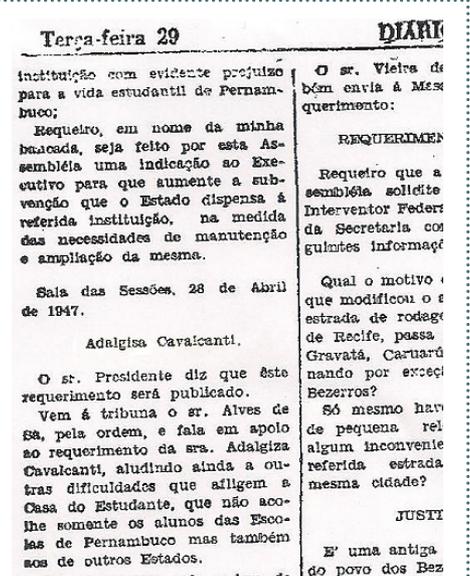
seria possível com o acesso irrestrito da população à educação e à cultura. Exemplo da atuação de Adalgisa é o requerimento enviado à Mesa de Reuniões da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 28 de abril de 1947, indicando o aumento do subsídio concedido pelo Poder Executivo à Casa do Estudante, espaço que, desde 1938, acolhia universitários de baixa renda.

Em um cenário político conturbado, Adalgisa chegou a ser presa nove vezes em razão de posicionamentos políticos e da defesa das bandeiras comunistas. Em maio de 1947, a cassação do registro do PCB

interromperia a curta carreira política da deputada que, a partir de 2017, passou a dar nome a uma das salas de reuniões do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nova sede da Alepe.

#### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Requerimento de Adalgisa Cavalcanti, de 28 de abril de 1947. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



## ● INDÚSTRIA

# Hemobrás fica. Incerteza sobre futuro também

Mesmo após o Governo Federal desistir de levar parte da produção da empresa ao Paraná, estatal segue em busca de caminhos para operar efetivamente

Ivanna de Castro

Responsável pela produção de medicamentos utilizados no tratamento de pacientes com doenças do sangue no Sistema Único de Saúde (SUS), a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), sediada no município de Goiana, na Mata Norte, está no centro de uma disputa política. De um lado, o Ministério da Saúde (MS), que propôs transferir a atribuição de maior relevância técnica e econômica da estatal – a produção de medicamentos recombinantes – para o município de Maringá (PR), reduto eleitoral do ministro Ricardo Barros. Do outro, forças políticas pernambucanas, que se mobilizaram em prol da permanência da atividade no Estado.

“A decisão de implantar a fábrica em Pernambuco foi política e estratégica, com o objetivo de levar o desenvolvimento tecnológico para fora das regiões Sul e Sudeste. Foi, também, baseada em elementos técnicos, devido à história de vanguarda que o Estado possui no setor de hematologia”, explicou a deputada Priscila Krause (DEM), autora do requerimento de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Hemobrás, instalada na Alepe no início de outubro.

Graças à articulação, o Governo Federal desistiu da transferência e a polêmica foi parcialmente superada. No entanto, a controvérsia expôs uma realidade complexa e desafiadora. Criada há 13 anos com a atribuição legal de produzir remédios a partir do sangue e do uso de biotecnologia (Lei Federal nº 10.972/2004), reduzindo a dependência do País frente ao mercado farmacológico internacional, a estatal ainda é um plano não concretizado. Sete anos já se passaram desde o início da construção do parque industrial, mas a fábrica segue inacabada.

Atualmente, a Hemobrás possui dois contratos em vigor – com a Shire e com a LFB –, ambos suspensos devido aos atrasos nas obras (ver arte).



Parlamentares pernambucanos defendem permanência da produção de recombinantes no Estado

Um deles é voltado para a área de hemoderivados, medicamentos produzidos a partir do plasma sanguíneo para tratamento de pessoas com imunodeficiências genéticas, doenças autoimunes, câncer e outras enfermidades. O outro diz respeito aos recombinantes, drogas mais modernas que não utilizam o sangue como matéria-prima e são criadas a partir do uso de engenharia genética.

A principal dificuldade está relacionada à estrutura física: orçada inicialmente em R\$ 540 milhões, a fábrica já recebeu cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos públicos federais. Entretanto, estima-se a necessidade de mais R\$ 600 milhões (recursos, no momento, indisponíveis) para concluir os 30% restantes da planta, cujas obras foram paralisadas por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU). “Em razão da crise fiscal do País, a busca do Ministério da Saúde é realizar investimentos sem novos recursos públicos para essa finalidade, arcando somente com a compra centralizada de hemoderivados”, posicionou-se o MS em nota.

Além da planta inacabada, dívidas com fornecedores e problemas técnicos dos parceiros limitam a atuação da estatal, que, no momento, realiza apenas algumas etapas da produção, como transporte e armazenamento do plasma. O cenário de incertezas

inclui, também, a Operação Pulso, deflagrada pela Polícia Federal em 2015 para investigar denúncias de corrupção em contratos.

O Ministério da Saúde avalia, atualmente, uma oferta de renegociação apresentada pela Shire. “A companhia propôs investir US\$ 250 milhões na conclusão da fábrica de recombinantes e em uma parte da planta de hemoderivados, além de abrir mão de US\$ 40 milhões referentes aos juros da dívida de US\$ 150 milhões que a Hemobrás acumula”, explicou Antônio Edson Lucena, gerente da empresa. “Caso a proposta seja aceita, ainda faltariam outros R\$ 500 milhões para concluir a fábrica de hemoderivados. A ideia é buscar financiamentos ou conversar com possíveis interessados em participar do processo”, adiantou, ressaltando que os valores são estimativas, porque os preços dos artigos variam de acordo com o câmbio.

Inacabada, a unidade não pode receber dos parceiros contratuais a tecnologia necessária para produzir sozinha os medicamentos. Por isso, segue importando todas as drogas distribuídas aos pacientes do SUS. De acordo com o MS, o montante anual destinado à compra desses medicamentos chega a R\$ 800 milhões. “Quando a Hemobrás assumir a produção, o Brasil economizará cerca

de 40% do que é gasto hoje com a aquisição de recombinantes, e 20% no processo de fabricação de hemoderivados”, esclareceu Lucena.

Durante audiência pública na Alepe, servidores da estatal se queixaram de “falta de visão estratégica” e “subaproveitamento da mão de obra qualificada”. “Somos 180 profissionais especializados que têm trabalhado para fazer o máximo com o mínimo de orçamento. Se a obra está parada é porque o Governo Federal não se interessa pelo Nordeste”, criticou Jaffe Xavier, presidente do sindicato da categoria.

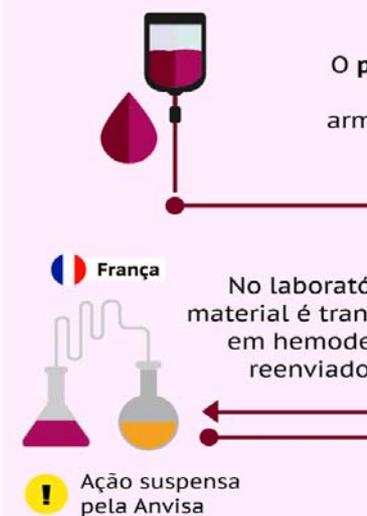
Enquanto isso, pacientes seguem aguardando o acesso facilitado aos medicamentos de que necessitam para sobreviver. “Precisamos garantir a continuidade do tratamento e, por isso, preocupa-me o atraso no cronograma de obras e todo o descuido que vem sendo registrado com o erário”, acrescentou Alexandre Matos, representante da Federação Brasileira dos Hemofílicos.

## AMEAÇAS

Ainda sem se posicionar sobre a proposta de repactuação apresentada pela empresa Shire, o MS lançou edital de licitação para aquisição dos medicamentos recombinantes de forma direta, sem intermédio da Hemobrás. O anúncio foi publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de setembro e prevê a compra de 300

Estatal produz dois tipos de medicamentos para pacientes estrangeiros. Após o acordo com a Shire, a tecnologia de produção de hemoderivados

## Hemoderivados



Resultados de substâncias com imunoglobulinas são enviados para pacientes com doenças

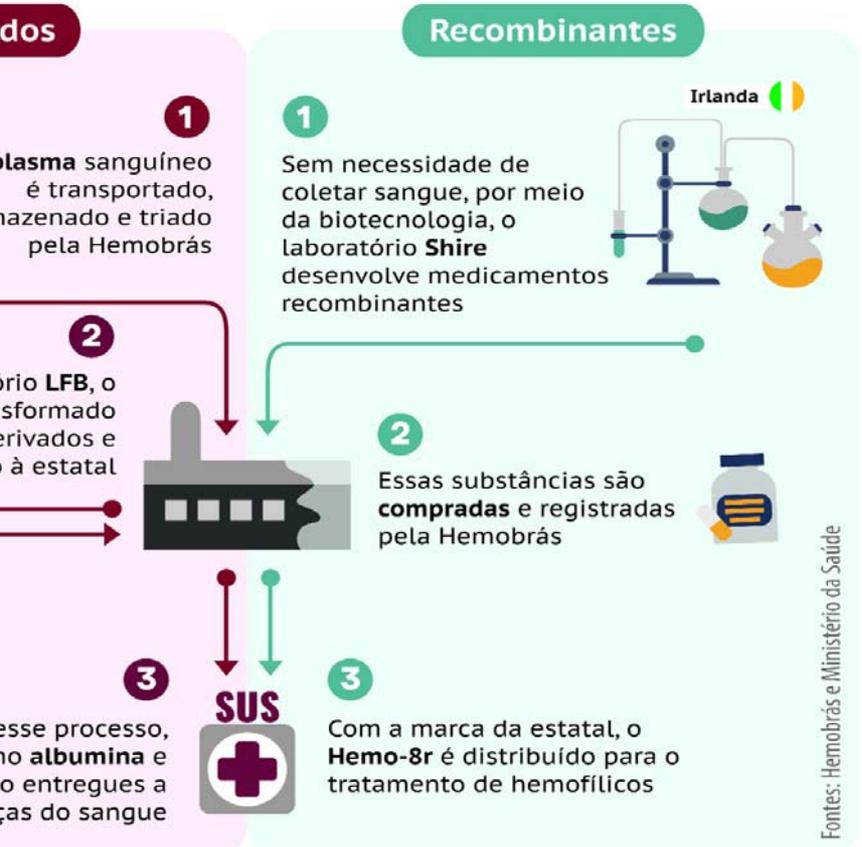
milhões de unidades internacionais do Fator VIII recombinante para abastecer o SUS nos seis primeiros meses de 2018.

Em sequência, no último dia 22 de setembro, o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) firmou um acordo de transferência de tecnologia com a empresa suíça Octapharma para o fracionamento do plasma sanguíneo e a produção de recombinantes. As companhias são as mesmas envolvidas na primeira tentativa de transferência da produção do medicamento para o Sul do País.

As duas iniciativas são vistas por representantes da empresa e por políticos pernambucanos como novas tentativas de inviabilizar a operação efetiva da Hemobrás. “As medidas representam não apenas o descumprimento do contrato firmado entre a estatal e a Shire, mas ameaças ao funcionamento da Hemobrás, que tem no referido acordo a principal fonte de receita”, argumentou o deputado Ricardo Costa (PMDB). O parlamentar defende a manutenção da articulação de políticos do Estado. “Está na cara que o problema da Hemobrás é político, e estou convicto de que as resoluções em relação à empresa se darão por essa mesma via”, disse em Plenário.

## HEMOBRÁS HOJE

... de medicamentos por meio de parcerias com laboratórios... conclusão da fábrica, contratos preveem transferência de... para a Hemobrás assumir produção futura.



## Âncora do Polo Farmacoquímico

A Hemobrás está instalada no Polo Farmacoquímico que vem sendo estruturado com incentivos do Governo Estadual em Goiana, às margens da BR-101. O terreno de 159 hectares conta com duas empresas em funcionamento, quatro em processo de instalação e duas em negociação. De acordo com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper), os empreendimentos somam mais de R\$ 1,5 milhão em investimentos e, quando em operação, devem gerar 1.043 empregos diretos.

Como incentivo para atrair as empresas, o Estado cedeu o terreno e ofereceu aos investidores a redução do saldo devedor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 95%, pelo prazo de 12 anos. Também se comprometeu a fornecer a infraestrutura necessária para alavancar os empreendimentos. “A parte do acesso viário que vai até a Hemobrás está pronta. Além disso,

as obras do acesso viário ao Polo Vidreiro, que fica dentro do Farmacoquímico, já foram licitadas e começam até o fim do ano”, informou, em nota, a AD Diper. Segundo o texto, 80% da estrutura elétrica foi concluída e existe um projeto sob responsabilidade da Compesa para o abastecimento d’água.

Mas o diretor da Hemobrás, Antônio Edson Lucena, disse ser preciso acelerar os investimentos no condomínio industrial. “Para tornar o polo realidade, é necessário um olhar mais atencioso do Estado. Ainda não estamos discutindo carências de infraestrutura porque há questões primeiras a serem resolvidas, como a conclusão da nossa fábrica. No entanto, sem investimentos em fibra ótica, telefonia, gás e, mais urgentemente, no tratamento de água e esgoto industrial, a falta desses recursos poderá se tornar o próximo gargalo”, alertou.

## AGORA É LEI

# Food trucks devem ficar atentos à lei estadual que regula atividade

Norma proposta pelo deputado Lucas Ramos já está em vigor

Gabriela Bezerra

**H**ambúrguer, kebab, sushi, pizza e tantas outras opções. Se a vontade é por um doce, tem de churros a sorvetes. A diversidade dos cardápios dos *food trucks* é grande. E o número de pessoas investindo nesse negócio também. Com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, proteger o consumidor e garantir o atendimento a regras ambientais e de trânsito, a Alege promulgou, no primeiro semestre deste ano, a Lei nº 16.040/2017, que estabelece normas para o funcionamento desses serviços.

Presidente da Associação de Comida Sobre Rodas de Pernambuco (Acrope), Daniel Uchôa acredita que a regulamentação legítima e dá credibilidade à atividade. Ele próprio parou de atuar como professor de Sociologia, há três anos, para comandar o Malabar Burger, que funciona no bairro de Setúbal, Zona Sul do Recife.

Atualmente, há cerca de 150 associados no Estado, mas ele calcula um número ainda maior de adeptos. “Estimo que existam entre 200 e 250 ainda não vinculados à Acrope”, afirma. A maioria (90%) atua na região metropolitana – com concentração no Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes –, mas é possível encontrar *food trucks* em

Petrolina, Caruaru, Gravatá e Carpina.

Aprovada na Alege em maio, a lei que regulamenta o funcionamento dos *food trucks* teve origem em projeto do deputado Lucas Ramos (PSB). “A ausência de regras pode trazer inúmeros problemas à sociedade, especialmente ao consumidor, ao meio ambiente e à mobilidade urbana. Prejudica, inclusive, o próprio segmento, à medida que, valendo-se da carência de normatização, alguns empresários atuam de forma negativa para a imagem desse ramo econômico”, explica o parlamentar.

A matéria traz diretrizes de ordem sanitária, ambiental e de tráfego. Além de licenças e alvarás, os *food trucks* devem seguir a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 14.236/2010), o Plano de Prevenção contra Incêndio, os princípios de segurança alimentar, os limites sonoros e uma rotina de inspeção veicular. Os empresários terão até novembro para se adequar ao que determina a nova legislação, que ainda depende de regulamentação do Poder Executivo para ser aplicada. Em caso de descumprimento, as sanções previstas são advertência, multa, suspensão da atividade e até mesmo cassação da licença.

À frente do Parada Obrigatória há dois anos, Viviane Rabelo conta que já observa mudanças a partir da nova lei: “Antes ocorriam visitas periódicas da Vigilância Sanitária.

Mas não conseguimos tirar a licença permanente, porque nossa atividade não se encaixava em outra existente no cadastro. Agora, demos entrada na documentação”.

O Parada Obrigatória – que começou só com Viviane, o filho e, depois, o marido – já conta com mais quatro funcionários. “Estamos nos informando sobre a nova regra e nos adaptando, mas achamos que vai valorizar a atividade”, opina Viviane. “Ganhamos hoje muito mais do que se estivéssemos trabalhando numa empresa.” O negócio funciona de quarta a domingo, sempre à noite, em dois locais fixos no Recife.

Um desses pontos é o *food park* Nas Ubaias, sob a gestão de Diogo Quintella e mais três sócios. Em funcionamento desde janeiro, no bairro de Casa Forte, o empreendimento abriga 12 *food trucks*. “A vizinhança está bem satisfeita porque isso movimentou o local, que antes ficava deserto à noite. Sem contar que a região, por ser mais residencial, não tem muitos estabelecimentos de alimentação”, acrescentou o gestor do espaço.

Avaliando positivamente a nova lei, Quintella reivindica uma norma que regule também os *food parks* – o Nas Ubaias utiliza alvarás temporários, adequados a eventos esporádicos. “A gente tenta conseguir um alvará permanente de funcionamento e não consegue, porque não há previsão legal ainda.”

RINALDO MARQUES



Matéria prevê licenças e alvarás, além do respeito à Política Estadual de Resíduos Sólidos

## ● SEGURANÇA

# O problema das drogas

Gestores públicos, parlamentares e especialistas apontam dificuldades e caminhos para políticas de combate ao consumo de entorpecentes

FOTOS: JOÃO BITA



Luciano Galvão Filho

Metade dos quase quatro mil assassinatos em Pernambuco até agosto de 2017 tem relação com o tráfico ou com o consumo de drogas ilícitas. O dado é medido pela Secretaria de Defesa Social (SDS), que também registrou, no período, mais de duas mil ocorrências policiais relacionadas a entorpecentes no Estado.

“Sem contar os flagrantes, já apreendemos mais de 150 quilos de maconha neste ano”, relata o diretor do Departamento de Repressão ao Narcotráfico da Polícia Civil (Denarc), Cláudio Castro. “Vamos às escolas, conversamos com os jovens, nos aproximamos da comunidade. Os órgãos de segurança estão comprometidos em acabar com a distribuição, desde o comércio nas localidades mais pobres até a venda em festas *rave*”.

O esforço descrito pelo delegado se confirma em números compilados pela Polícia Federal. Apreensões de

crack e cocaína crescem continuamente no Brasil. Apenas em 2016, operações policiais retiraram mais de 200 toneladas de maconha de circulação no País. No ano passado, quantidades de dinheiro encontradas com traficantes e leilões de bens utilizados na prática de crimes, como automóveis e aeronaves, somaram R\$ 24 milhões – mais que o triplo contabilizado dez anos atrás.

Já o consumo vem se mantendo estável, mostram pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Drogas. Levantamentos do Ministério da Justiça estimam que um em cada 11 brasileiros experimentou maconha pelo menos uma vez na vida. Entre os jovens de 18 a 25 anos, 17% afirmaram ter feito uso da droga, a mais consumida entre as ilícitas, em algum momento.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata que um em cada dez alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, em 2015, já havia provado substâncias ilegais. Quase um quinto dos estudantes disse



Pesquisador Plínio Nunes, da USP, defendeu reduzir repressão em debate na Alepe

ter amigos que usam entorpecentes. “Parece que estamos enxugando gelo”, compara o promotor de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco, Westei Conde. Para ele, as ações de prevenção deveriam se sobrepor às estratégias de repressão.

Indício de que as iniciativas para conter o avanço no consumo de drogas podem, também, estar falhando é que são as substâncias permitidas as responsáveis pela maior parte dos problemas relacionados ao abuso. O álcool é o principal causador

de mortes ligadas ao uso de entorpecentes, assim como o motivo mais frequente de internações, de afastamentos do trabalho e de aposentadorias devido a problemas com drogas, segundo informações reunidas pelos ministérios da Saúde e da Previdência.

Os danos causados pelo abuso de entorpecentes mobilizam a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Até o final do ano passado, esteve em funcionamento na instituição a Frente Parlamentar de Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, que visitou

escolas e presídios na Região Metropolitana do Recife para averiguar o problema. Anualmente, em 26 de março, Dia Internacional de Combate às Drogas, a Casa recebe entidades dedicadas ao enfrentamento da questão, que promovem o Mutirão pela Vida.

“A melhor alternativa é trabalhar a prevenção, investir na saúde, na educação, ir às escolas e ensinar o mal que as drogas fazem”, acredita o deputado Pastor Cleiton Collins (PP). No último mês de julho, o parlamentar liderou visita da Alepe, junto com outros órgãos estaduais, a comunidades terapêuticas, instituições sem fins lucrativos que atuam na recuperação de dependentes. “Hoje essas entidades têm apresentado resultados que o Estado não tem”, comenta.



RINALDO MARQUES

Anualmente, a Alepe promove um Mutirão pela Vida em 26 de março, Dia Internacional de Combate às Drogas

### CONSEQUÊNCIAS

“Vivemos um modelo de incentivo ao consumo frequente e intenso”, entende a pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Alcool e outras Drogas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Roberta Salazar Uchôa. “A indústria de cerveja e da diversão cria um padrão de exagero muito perigoso”, pontua.

Para a especialista, têm sido altos os custos da inexistência de uma política de atenção integral, que valorize a cidadania, com serviços comunitários, e adote medidas de redução de danos e de reinserção social de usuários problemáticos. “Precisamos também de uma regulamentação que restrinja a comercialização, que seja rígida com o que a indústria de bebidas faz, mas não coloque as pessoas que queiram fazer uso do álcool no campo do tráfico.”

A ressalva levantada pela pesquisadora, explica ela, fundamenta-se na percepção de que “soluções militares” para conter o comércio ilegal de substâncias têm tido efeitos colaterais do ponto de vista social. “O que se faz é prender jovens de periferia e sem trabalho. É uma estratégia para retirar da sociedade os indivíduos considerados perigosos, mas que atinge fortemente toda uma geração que já vive

à margem e com poucas perspectivas”, alerta Roberta Uchôa.

Uma das consequências que tem chamado atenção de estudiosos é o aumento da prisão de mulheres. Em 2000, o Ministério da Justiça contabilizava menos de seis mil detentas nas penitenciárias brasileiras. Dezesseis anos depois, a população carcerária feminina já chegava a quase 45 mil, um aumento de praticamente 700%. Mais da metade das presas respondiam pelo mesmo crime: tráfico de drogas.

“Mulheres ocupam cargos menores no mercado ilegal, como mulas ou pequenas vendedoras, e são flagradas com pequenas quantidades, em locais públicos”, explica a professora de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) Érica Babini Machado. “A ideia que temos é de que a repressão atinge os barões do tráfico, mas a maioria dos presos são primários, pegos sozinhos e sem envolvimento com grandes organizações criminosas”, descreve o advogado Plínio Nunes, que desenvolve pesquisa sobre o assunto na Universidade de São Paulo (USP).

Nunes apresentou palestra na Alepe, em agosto, durante evento que discutiu a proibição das drogas. “Com o enfrentamento ao crime organizado, a guerra que seria contra os entorpecentes se volta contra as

pessoas”, entende o especialista. “Os policiais combatem grupos altamente armados, porque a proibição aumenta a lucratividade do comércio, e ao final temos mais pessoas mortas de ambos os lados.”

O deputado Eduíno Brito (PP), que propôs a realização do debate, pondera que pode ser o momento de rever as políticas de repressão ao comércio e consumo de entorpecentes. “As drogas estão dentro das casas das famílias, então a política atual não está dando certo. Bilhões são gastos no combate e, ainda assim, crescem os prejuízos para a saúde e para a segurança pública”, opina o parlamentar.

“Precisamos discutir a descriminalização sem preconceitos”, analisa o deputado Rodrigo Novaes (PSD), sublinhando que, apesar da atuação crescente das forças de segurança, as operações policiais nunca são suficientes para coibir o tráfico. “Sempre fui contra a legalização, mas o problema ficou incontrolável e tem sido o núcleo do crescimento da violência. Será que a proibição é mesmo a melhor saída?”, reflete.

Érica Babini, da Unicap, acrescenta que o modelo de enfrentamento policial impede também que haja qualquer fiscalização sobre os elementos usados na produção dos entorpecentes. “Sem controle, podem

estar sendo utilizadas substâncias que causam cada vez mais dependência, para que os traficantes vendam ainda mais”, observa.

No entanto, a ideia está longe de ser consenso. O secretário executivo de Direitos Humanos de Pernambuco, Eduardo Figueiredo, não acredita na legalização como solução para a violência. “O crime se reinventa”, prevê. “Se legalizarmos as drogas, naturalmente haverá outras formas de financiamento.” O ponto de vista é compartilhado pelo deputado Cleiton Collins. “Só quem nunca perdeu um filho para as drogas pode defender a liberação”, crê.

O parlamentar alerta para os riscos à saúde que poderiam resultar de regras menos rígidas e ressalta que são as substâncias permitidas as que mais causam mortes e transtornos em decorrência do abuso. “Para tudo é preciso limites. O álcool é o que mais mata porque é livre, enquanto o cigarro, para o qual se

criaram limitações, caiu em número de usuários”, argumenta.

### EXPERIÊNCIAS

Progressos alcançados em outros países a partir da derrubada de proibições são levantados como exemplo por defensores da descriminalização. Em Portugal – onde, há quase 20 anos, a posse de até dez doses de qualquer substância deixou de ser punida com prisão –, foi verificado alívio sobre o Poder Judiciário e sobre os sistemas prisional e de segurança pública.

Já no Uruguai, está em curso a mais ambiciosa entre as experiências de legalização: o cultivo e a comercialização de maconha para fins recreativos foram regulamentados em 2013, com a criação de rígidos controles para evitar roubos de estoques (postos sob a guarda do Estado) e abusos por parte dos usuários. A venda em farmácias começou neste ano e, segundo as primeiras estimativas, retirou as primeiras estimativas, retirou do mercado ilegal toneladas do entorpecente – apesar de os narcotraficantes seguirem comercializando outras substâncias. O Governo uruguaio ainda não divulga números sobre os resultados da medida.

Roberta Uchôa, da UFPE, lembra que, ao se desviar a abordagem da esfera criminal, precisarão prevalecer as medidas de atenção à saúde. “A partir daí, entra a necessidade de o Estado garantir uma rede de atenção para cuidar daquelas pessoas que possam ter problemas pelo consumo de drogas”, comenta. “Não fazemos isso, por exemplo, para tratar a diabetes? Nós não proibimos o consumo de açúcar, mas criamos uma estrutura de atendimento, de apoio psicológico e oferecemos tratamento adequado”, provoca a pesquisadora.



Fique Sabendo

Ouça também a reportagem especial da Rádio Alepe sobre o tema:



# Informalidade com nota fiscal

## Comerciantes do Polo de Confecções do Agreste comemoram legalização das fábricas caseiras. Infraestrutura e segurança, porém, ainda preocupam setor

Edson Alves Jr.

Mesmo sem uma empresa formalizada, o comerciante José Marculino Barbosa produz e vende roupas para consumidores de vários Estados do Brasil que chegam, todos os dias, ao box 26 do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste pernambucano. Contudo, no primeiro semestre deste ano, acabou perdendo muitos clientes por não poder emitir notas fiscais. “Um grande atacadista do Rio Grande do Sul gostou do meu produto e queria levar uma boa quantidade, mas voltou de mãos vazias”, recorda.

A dificuldade enfrentada pelo comerciante, no entanto, começou a ser resolvida no último mês de agosto. Desde então, os compradores passaram a contar com uma alternativa para ter o registro oficial das aquisições feitas em empreendimentos informais: o serviço de emissão de notas avulsas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oferecido pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz), por meio da Internet.

Instituída pela Lei nº 16.088/2017, a possibilidade é restrita à mesorregião do Agreste, que engloba as principais cidades do Polo de Confecções do Estado, como Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. A medida prevê a aplicação de uma alíquota de 2% sobre o valor das mercadorias.

“Temos milhares de pequenos negócios, a maioria deles com fabricação na casa das pessoas. A estrutura das feiras não comporta um computador que possa imprimir as notas fiscais”, explica Alan Carneiro, síndico do Moda Center. De acordo com a Sefaz, em razão dessa dificuldade, clientes de lojas informais acabavam deixando de adquirir os produtos, ou optando por fechar negócios por meio da compra de notas fiscais fornecidas por intermediários (os chamados “laranjas”), criando ainda mais

irregularidades no segmento. O órgão afirma manter, desde 2013, uma fiscalização intensa na região.

O enfrentamento desse cenário teve início já em 2016 com a promulgação da Lei nº 15.945, que alterou a forma de recolhimento do ICMS do setor, concentrando toda a cobrança no momento da aquisição de tecidos, matéria-prima que vem quase toda de fora do Estado. Segundo a Sefaz, a medida serviu para garantir a arrecadação do imposto e, posteriormente, permitir a emissão de notas fiscais de forma avulsa. A taxa de 2% foi incluída para impedir que negócios já formalizados também fizessem uso da modalidade.

“Há mais de três anos, começamos a tentar mostrar às autoridades fazendárias que era necessário legalizar a saída de produtos dos comerciantes in-

FOTO: LIMA JUNIOR (MODA CENTER DE SANTA CRUZ DE CAPIBARIBE)



*“Em três meses, chego ao limite de rendimento para um MEI, com lucro que só paga um funcionário”*

**José Marculino**  
(comerciante)

formais. Com a mudança, os santacruzenses deixarão de ser vistos como sonegadores, o que é injusto com um povo que sempre trabalhou honestamente”, afirmou o deputado Diogo Moraes (PSB), em discurso no Plenário sobre o tema.



FOTO: JOÃO BITA/ARQUIVO ALEPE

Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe deve receber Expresso da Moda até dezembro

A novidade foi fruto de um ano de negociação com os representantes do Polo de Confecções. “A nota avulsa é o grande avanço possível, enquanto conscientizamos os comerciantes de que a formalização de toda a cadeia é boa tanto para nós como para o Governo”, complementa Prudêncio Gomes, presidente da Associação dos Lojistas do Parque da Feira de Toritama. Além da emissão on-line de notas fiscais, está prevista a criação de três Expressos da Moda – locais dentro das grandes feiras em que pode ser emitido documento fiscal – em Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru ainda neste ano.

### DESAFIOS

Para a economista Monaliza Ferreira, do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o empresário só vai formalizar o negócio se perceber vantagens em curto prazo. “E o Governo Estadual sabe disso. Tanto que deixou as coisas como estavam por longo tempo, possivelmente considerando que é melhor ter empregos na informalidade do que não os ter”, avalia.

“As mudanças propostas mesclam medidas punitivas com incentivos econômicos. As consequências dessa política serão percebidas no longo prazo”, acrescenta Monaliza Ferreira. A pesquisadora ainda faz um alerta:

“Essas providências, em princípio, não devem se traduzir em melhores condições e salários para os trabalhadores, os agentes econômicos mais afetados pela informalidade”.

De acordo com José Marculino, a formalização esbarra em demandas simples, como a ausência de comprovante de endereço da residência dele, uma vez que a casa funciona também como empresa. Ele alega, ainda, que as características do mercado local – faturamento alto e margens de lucro baixas – dificultam a formalização. “Em apenas três meses, chego ao limite de rendimento para um microempreendedor individual (MEI), com lucro que só dá para pagar um funcionário”, explica.

As associações de lojistas, por sua vez, dizem que se esforçam para incentivar a legalidade. “Abrimos uma sala do empreendedor na Feira de Toritama, que vai ajudar os comerciantes nesse sentido e também capacitá-los para o uso da nota avulsa”, avisa Prudêncio Gomes, de Toritama.

Os empreendedores do Polo de Confecções também cobram melhor infraestrutura e segurança no local. Para Alan Carneiro, a reestruturação das principais rodovias que atendem à região, como a BR-104 e a PE-160, está entre as necessidades mais urgentes. “A duplicação da PE-160 já está acontecendo, mas não chegou ao trecho urbano, que hoje se encontra totalmente esburacado. Isso impacta negativamente a imagem do polo”, observa o gestor do Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe.

José Marculino ressalta, por sua vez, problemas de segurança para compradores e vendedores. “Comerciantes estão deixando de vir por conta de assaltos nas estradas. Acredito que seria importante providenciar policiamento em alguns trechos críticos”, aponta. “Visitantes que são assaltados nas rodovias ou sofrem com as más condições das pistas não voltam mais. Esses clientes trazem muito dinheiro para Pernambuco, portanto, precisam ser bem tratados pelo Estado”, defende Prudêncio Gomes.

### Fique Sabendo

A nota fiscal avulsa pode ser emitida no Portal da Sefaz-PE ([www.sefaz.pe.gov.br](http://www.sefaz.pe.gov.br)), clicando no banner "Nota Fiscal Avulsa", no lado direito da tela inicial. No endereço, estão disponíveis links e manuais de orientação.



Você pode contribuir com o conteúdo do Tribuna Parlamentar enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail [tribunaparlamentar.alepe@gmail.com](mailto:tribunaparlamentar.alepe@gmail.com). Participe!